



17 de dezembro de 2016

## **GOVERNO MENTE SOBRE A PREVIDÊNCIA**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

### **NESTA EDIÇÃO:**

- APROVADA A PEC!
- COMBATER USANDO O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA.

# **ABAIXO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA! DERRUBAR A PEC 55!**

## **O GOVERNO GOLPISTA DE TEMER ENCAMINHOU AO CONGRESSO NACIONAL NO DIA 5 DE DEZEMBRO A PEC 287, DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. OITO DIAS DEPOIS, O SENADO APROVOU A PEC 55.**

Trata-se de um pacote de medidas reacionárias, um profundo ataque ao conjunto dos trabalhadores do país. É resultado dos ditames do imperialismo, o qual exige a sangria das massas para garantir a manutenção do superávit primário, condição imposta para o pagamento da dívida pública extorsiva. Na base da reforma e da PEC, portanto, está a crise econômica, que emergiu em 2008 no Brasil, como manifestação da desagregação estrutural do capitalismo. A iniciativa responde também à sanha de setores da burguesia, interessados no avanço da privatização do sistema previdenciário.

## **AS REFORMAS DE FHC, LULA E DILMA**

Não é a primeira vez que colocam as mãos sujas em cima da aposentadoria dos explorados. FHC realizou um brutal ataque à Previdência, em 1998. Tornou-se célebre a fala do político tucano, chamando de “vagabundos” os que se aposentam antes dos 50 anos. Através da Emenda Constitucional 20/98, transformou o tempo de serviço em tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens); elevou a idade mínima para os trabalhadores do setor privado – 60 anos para homens e 55 para mulheres; instituiu também o fator previdenciário, reduzindo drasticamente o valor dos benefícios, já que o cálculo exigia que se levasse em conta a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida dos trabalhadores.

Lula se encarregou de mais um passo na retirada de direitos, em 2003. Fez o que FHC não conseguiu: golpeou a Previdência pública, seguindo a diretriz do FMI. Usou os mesmos argumentos reacionários

de seus antecessores do PSDB: “déficit da Previdência”, “privilégio do funcionalismo público” etc. Golpeou a aposentadoria integral; ativos e inativos passaram a ser obrigados a contribuir com 11%; atacou a paridade entre aposentados e trabalhadores da ativa; ampliou os descontos sobre as pensões; mexeu no teto do INSS e criou fundos de pensão com caráter complementar.

Dilma instituiu a fórmula 85/95, como alternativa ao cálculo com o fator previdenciário. Com ela, a soma da idade e tempo de contribuição passou a ser 85 para mulheres e 95 para homens. Esses valores, entretanto, só valem para quem atinge o tempo mínimo de contribuição, a saber: 30 e 35 anos, para mulheres e homens, respectivamente.

## **O CONTEÚDO DA PEC 287**

Agora, Temer assume a tarefa de fincar mais fundo a faca nas costas dos brasileiros. Vale lembrar que assumiu a presidência com o golpe institucional justamente em razão da petista não conseguir ir tão longe. Sentou no trono para fazer a sujeira que precisava ser feita, do ponto de vista da burguesia.

A PEC 287 fixa a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria (com regra de transição para homens com mais de 50 e mulheres com mais de 45 anos). Com isso, elimina a distinção, que é uma conquista histórica, entre homens e mulheres (antes de 60 e 55, respectivamente); o tempo mínimo de contribuição para acessar o benefício, passa de 15 para 25 anos; para receber a aposentadoria integral, será necessário contribuir por 49 anos.

Os trabalhadores rurais contam hoje com a possibilidade de se aposentarem com 55 (elas) e 60 anos (eles), sendo obrigados a comprovarem 15 anos de trabalho no campo, contribuindo com uma parcela da receita bruta daquilo que produzem. Com a nova PEC, terão de contribuir com o INSS,

seguindo as mesmas regras para se aposentar (a partir dos 65, 25 anos de contribuição).

Os servidores públicos têm atualmente um regime próprio, separado da Previdência do setor privado. Os recursos advêm das contribuições dos trabalhadores e dos governos. Com a reforma, será eliminada a diferença entre o regime geral e o público. O funcionalismo perderá o direito à “integralidade”; acabará a paridade entre os ativos e aposentados.

Outros pontos também sofrerão mudanças, como as pensões por morte, além da obrigação de estados e municípios criarem fundos de previdência complementar – ou aderirem ao Funpresp, fundo já criado pelo governo federal. Militares, por enquanto, não terão mudanças em suas aposentadorias.

## **GOVERNO MENTE SOBRE A PREVIDÊNCIA**

São basicamente dois os argumentos do governo em favor da reforma: o chamado “rombo” da Previdência, com um déficit que se aprofunda em progressão geométrica; o outro é o envelhecimento da população.

As aposentadorias urbanas e rurais fazem parte da Seguridade Social, assim como os benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde. As suas fontes são as contribuições dos trabalhadores, dos empregadores e do governo (através de impostos como a Cofins, o CSLL, o Pis-Pasep, impostos sobre exportações, sobre as loterias, entre outros).

A falácia consiste justamente em “desconsiderar” a parte que cabe ao governo no cálculo. Só assim a conta dá “negativa”. Na verdade, em 2015 houve superávit de quase 25 bilhões de reais. O que ocorre é que o governo usa a DRU (Desvinculação de Receitas da União” para transferir esse saldo positivo para cobrir outras despesas, isto é, para encher os bolsos dos capitalistas.

Os trabalhadores, por outro lado, não devem se apoiar no argumento do superávit para combater a reforma. Trata-se de um direito inalienável, conquistado com muito sangue da classe operária. A burguesia, contudo, quer que os trabalhadores morram antes de se aposentarem. Se o capitalismo em crise não é capaz de garantir esse direito, então que morra o capitalismo!

## **APROVADA A PEC 55!**

A Reforma da Previdência se dá na mesma conjuntura em que estão sendo aprovadas outras medidas de ataque, como o PLP 257 (negociação

das dívidas com a União), a MP 746 (reforma do ensino médio) e a PEC 241 (55), do “teto dos gastos”, aprovada pelo Senado no dia 13/12.

A PEC 55 “congela” investimentos por vinte anos. De acordo com o texto, o orçamento do ano seguinte deverá ser igual ao anterior, ajustado pela inflação do período. O limite para despesas poderá ser revisado após dez anos. Educação e Saúde seriam atingidas a partir de 2018.

Na verdade, não se trata de “congelamento”, pois resulta na prática em uma desvinculação de receitas. Em outras palavras, o investimento deixará de seguir a dotação orçamentária definida em lei (uma porcentagem do PIB – Produto Interno Bruto), variando só pela inflação. No caso de retomada da economia, mesmo que tímida, o valor correspondente à elevação do PIB deixará de ser aplicado. Por essa razão, pode-se falar em “corte” de gastos (verbas a menos), não “congelamento”.

Os serviços públicos, dirigidos especialmente à maioria pobre do país, já precarizados, ficarão em situação ainda pior. As escolas e unidades de saúde, por exemplo, funcionam à mingua. Falta o material básico. Os salários estão arrojados e vêm piorando com a inflação. As condições de trabalho são insuportáveis. São inumeráveis os servidores que são afastados por doenças contraídas no/pelo trabalho. A população também sofre. Quantos não morrem nos corredores de hospitais! Quantos nem lá chegam, pela falta de ambulâncias e de leitos! Quantos saem da escola mal sabendo ler e escrever!

## **COMBATER USANDO O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA!**

Essa situação insustentável deve ser enfrentada com uma ampla mobilização. Os explorados terão de combater as medidas do governo golpista em seu próprio terreno, com independência de classe: com as greves, bloqueios de estradas e avenidas etc. É preciso impulsionar as tendências de luta, tendo em vista a necessidade de preparar as condições para uma greve geral.

O Partido Operário Revolucionário defende a constituição de uma frente única sindical nacional, que seja capaz de unificar os explorados em uma coluna massiva em defesa dos direitos, dos empregos, dos salários e das condições de vida. A classe operária deve estar à cabeça desse movimento, erguendo um sistema de reivindicações que parta das necessidades mais sentidas e estabeleça a ponte com as bandeiras estratégicas, que apontam para o governo operário e camponês.